**CAPA**

**Diagnóstico de subsidio à elaboração do Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba**

****

Curitiba, 2015

**Equipe Técnica**

Isabelle da Silveira

SumÁrio

[LISTA DE FIGURAS 2](#_Toc468790077)

[LISTA DE TABELAS 3](#_Toc468790078)

[SIGLAS 4](#_Toc468790079)

[1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus 5](#_Toc468790080)

[1.1. ENFOQUE internacional 5](#_Toc468790081)

[1.1.1. Contextualização da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus 5](#_Toc468790082)

[1.1.2. Importância da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus na Reserva da Biosfera 7](#_Toc468790083)

[1.1.3. Hotspots 11](#_Toc468790084)

[1.1.4. Oportunidades de Cooperação Internacional 12](#_Toc468790085)

[1.1.5. Conferências Internacionais e Acordos Globais 15](#_Toc468790086)

[1.2. ENFOQUE FEDERAL 21](#_Toc468790087)

[1.3. ENFOQUE REGIONAL 21](#_Toc468790088)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 22](#_Toc468790089)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 9.

Figura 2 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 112.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

Tabela 2 – Quadro de conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental;

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica;

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;

COBRAMAB - Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera;

COP - Convenção das Partes;

ESEC – Estação Ecológica;

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente;

IMO - Organização Marítima Internacional;

MaB – Programa Homem e a Biosfera;

MMA - Ministério do Meio Ambiente;

PM – Plano de Manejo;

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil;

RBs – Reservas da Biosfera;

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;

REBIO – Reserva Biológica;

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação;

UC - Unidade de Conservação;

UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura;

ZA – Zona de Amortecimento.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus

ENFOQUE internacional

### Contextualização da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus

Conforme o Decreto nº 87.222 de 31 de maio de 1982, o Decreto nº 93.053 de 31 de julho de 1986 e a Lei Lei 9.513 de 20 de novembro de 1997, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba localiza-se nos municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá, no Estado do Paraná.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba é uma Unidade de Conservação – UC de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Encontra-se na categoria de Estação Ecológica - ESEC, que tem como objetivo a preservação da natureza e realização de pesquisas científicas. A ESEC é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo como a lei dispõe. É proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo - PM da unidade ou regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. Na ESEC só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de: medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados; manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade ecológica; coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade até o limite de um mil e quinhentos hectares (SNUC, 2000).

Conforme o Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba localiza-se nos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, no Estado do Paraná com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região. Tem também como finalidade proteger o entorno da ESEC de Guaraqueçaba.

De acordo com o SNUC, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba é uma UC de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Encontra-se na categoria de Área de Proteção Ambiental - APA, que é uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de tributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais. A APA disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta lei (SNUC, 2000).

Conforme o Decreto s/nº, de 5 de junho de 2012, a Reserva Biológica Bom Jesus localiza-se nos municípios de Antonina, Guaqueçaba e Paranaguá, no Estado do Paraná, excluindo-se áreas referentes à implantação da BR-101 e tendo como regra para o estabelecimento de sua Zona de Amortecimento - ZA os limites da APA de Guaraqueçaba, garantindo a navegação nas áreas da ZA sobrepostas à Bacia de Paranaguá. Os objetivos de sua criação são preservar os ecossistemas da Mata Atlântica, em especial as subformações da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras, a fauna associada e a rede hidrográfica local.

De acordo com o SNUC, a Reserva Biológica Bom Jesus é uma UC de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Categorizando-se como uma Reserva Biológica - REBIO, que tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. A REBIO é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo como o que dispõe a lei. É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (SNUC, 2000).

### Importância da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus na Reserva da Biosfera

A criação e implementação de Reservas da Biosfera - RBs, deu-se pelo Programa Homem e a Biosfera – MaB da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO. Mais que um programa de cooperação científica internacional, o MaB é um instrumento para a conservação que visa o uso sustentável dos recursos naturais em áreas protegidas e ao mesmo tempo otimiza a relação homem-natureza (RBMA, 2016).

As RBs compõem uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Elas têm 3 funções principais que devem ser cumpridas de maneira integrada: a contribuição para a conservação da biodiversidade, o fomento do desenvolvimento econômico sustentável e a criação de condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos, para a produção de conhecimento e monitoramento do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

Para cumprir suas funções as RBs possuem zoneamento em seus territórios:

* Zonas núcleo - uma ou mais áreas legalmente protegidas, com perímetro definido, cuja função principal é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente aos parques e outras unidades de conservação de proteção integral.
* Zonas de Amortecimento – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, têm por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Em geral correspondem as áreas de mananciais, APAs, áreas tombadas e outras regiões de interesse sócio ambiental.
* Zonas de Transição, sem limite fixo, destinam-se prioritariamente ao monitoramento e à educação ambiental visando integrar de forma mais harmônica as zonas mais internas da Reserva com áreas externas, onde predominam usos e ocupação mais intensivos (urbanização, agricultura, indústria).

Existem 669 RBs em cerca de 120 países e ainda que sejam declaradas pela UNESCO, elas são propostas pela iniciativa de cada país e é dever deste a sua administração, levando em conta as diretrizes do Programa MaB.

Em 1974 foi criada a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera - COBRAMAB e no mesmo ano o país juntou-se ao Programa MaB da UNESCO. Atualmente, o Brasil possui 7 RBs que são as da Mata Atlântica, do Cinturão Verde de São Paulo, do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia Central, da Caatinga e da Serra do Espinhaço. Totalizando uma área total de 1.300.000 km² de RBs, representando 15% do território nacional (RBMA, 2016).

No capítulo XI do SNUC, há uma menção à RB descrevendo-a como "um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais" (MMA, SBF, 2004).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA é a maior área mundial florestada, com aproximadamente 62.000.000 hectares terrestres e 16.000.000 hectares marinhos, somando 78.000.000 hectares espalhados por 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica. A RBMA estende-se por mais de 5.000 km dos 8.000 km do litoral brasileiro, indo do Ceará ao Rio Grande do Sul (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 1).

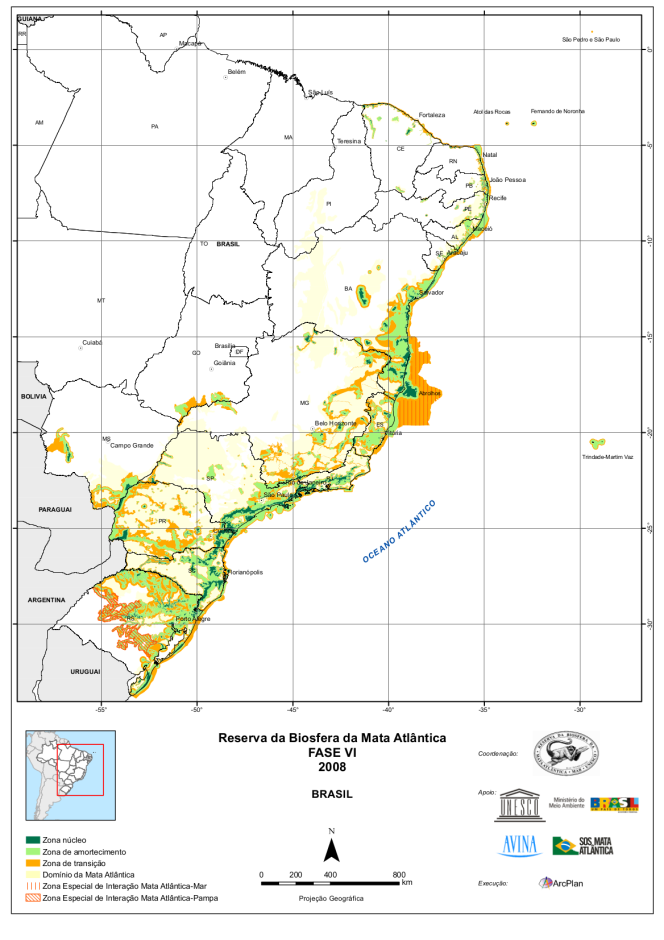


Figura 1 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 9.

Sua missão é contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica.

Dos 350.000 km² de área abrangida pela RBMA no território brasileiro, o Paraná possui aproximadamente 199.729 km² de extensão, dos quais 169.197 km² abrangem uma área originalmente coberta por Mata Atlântica (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 2).

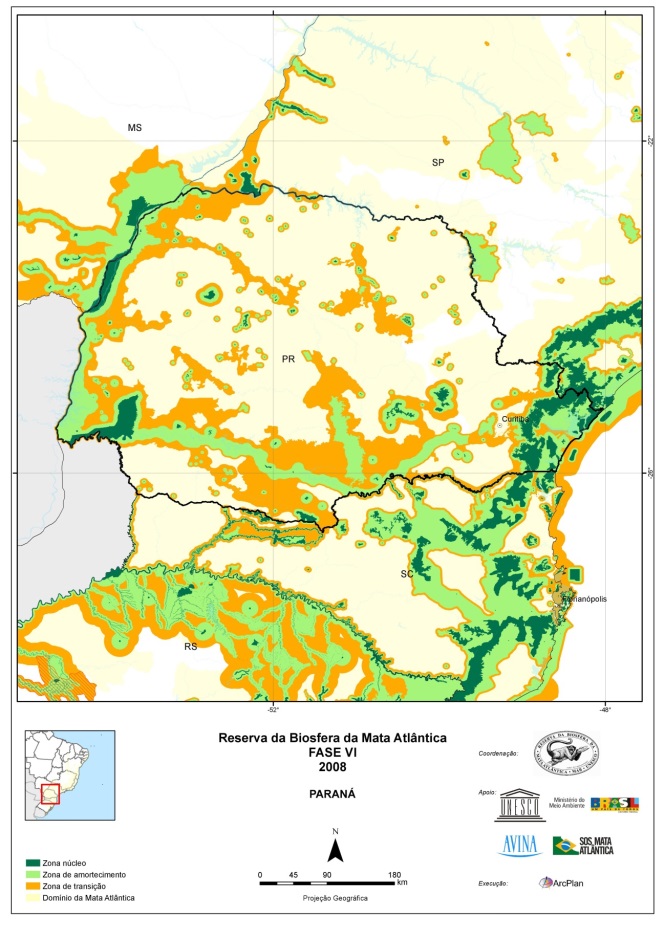


Figura 2 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 112.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC do Ministério do Meio Ambiente – MMA, a APA de Guaraqueçaba possui toda sua área incluída na Reserva da Biosfera Vale do Ribeira e Serra da Graciosa e faz parte da maior área continua de remanescentes de Mata Atlântica (CNUC, 2016). De acordo com o memorial descritivo presente no decreto de criação da APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba está totalmente dentro de seu território, portanto também possui parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Paraná. A REBIO Bom Jesus também possui toda a sua área coberta por Mata Atlântica, sendo um dos seus objetivos de criação a preservação de ecossistemas de Mata Atlântica dentro de seus limites.

### Hotspots

Norman Myers levantou pela primeira vez o conceito de *Hotspots*, em 1988, ele identificou 10 *Hotspots* em floretas tropicais. O que caracterizava essas áreas críticas eram os altos níveis de espécies de plantas endêmicas e também a notável destruição de habitats. Porém, Myers não estabeleceu critérios quantitativos para caracterizar um *Hotspot*. Em 1989, a Convenção Internacional adotou o conceito de *Hotspot* e em 1996 reavaliou o conceito com a colaboração de Myers. Então ficou estabelecido que para qualificar-se em *Hotspot* uma região deve preencher ao menos os seguintes critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original mantida. Com base nesses critérios, em 1999 identificaram-se 25 *Hotspots* onde cerca de 44% das plantas do planeta e 35% dos vertebrados terrestres ocupavam apenas 1,4% da superfície terrestre (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL, 2005).

No Brasil possui 2 dos 25 *Hotspots* mundias. São eles a Mata Atlântica com 1.233.875 km² de extensão original, com 99.944 km² do seu habitat remanescente, ou seja, restando apenas 8% do seu habitat; e o Cerrado com 2.031.990 km² de extensão original, com 99.944 km² do seu habitat remanescente, restando assim 22% do seu habitat (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL, 2005).

A Mata Atlântica está entre os 5 primeiros biomas de *Hostspots* mundiais. A diversidade dos invertebrados e o endemismo de espécies são altíssimos, sendo 12 gêneros endêmicos, entre elas uma “espécie-bandeira” encontrada na APA de Guaraqueçaba, o mico-leão, do qual encontramos as 4 espécies nos limites da UC.

Embora o Mata Atlântica já tenha perdido mais de 90% de sua extensão original, segundo a Conservação Internacional a perspectiva para a região é sem dúvida uma das mais animadoras dentre os *Hostspots* existentes em países em desenvolvimento (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL, 2005).

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus englobam um dos biomas mais ameaçados e importantes dentre os Hotspots. Sendo assim, “peças-chave” na preservação da Mata Atlântica.

### Oportunidades de Cooperação Internacional

1.1.4.1 Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF

O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) apoia agências governamentais, organizações da sociedade civil, empresas privadas, instituições de pesquisa, entre outras organizações, para implementar projetos e programas em países em desenvolvimento com economias em transição, para alcançar objetivos de convenções e acordos ambientais internacionais.

A APA de Guaraqueçaba por estar inserida na Reserva da Biosfera e conter parte dos 8% da Mata Atlântica brasileira, pode considerar o GEF como uma grande oportunidade para contemplação de projetos ou programas voltados para a UC.

1.1.4.2. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7

O programa é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional, e tem como objetivo a proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e Mata Atlântica, associada à qualidade de vida das populações locais.

É financiado pelos países integrantes do ex-Grupo dos sete, da União Europeia e dos Países baixos, complementados com contrapartida do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil. O Ministério do Meio Ambiente – MMA é o responsável por sua coordenação geral e desenvolve uma série de parcerias no planejamento e execução das atividades do programa.

O PPG7 tem como objetivos específicos: demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais; ajudar a preservar os enormes recursos genéticos de que estas dispõem; reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão de gás carbônico; e, fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais.

No interior da APA de Guaraqueçaba vivem comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, é possível surgir uma parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental.

1.1.4.3. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

O PNUMA é resultado da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e atualmente é um dos principais organismos que lida com questões ambientais na esfera internacional. O Programa é responsável, juntamente com os Estados e organismos da ONU, pela concretização dos objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD e pela Agenda 21, operando a partir de sua sede em Nairobi.

Seus objetivos são facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global e chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional.

A parte estrutural do Programa compreende um Conselho Executivo, um Secretariado, chefiado por um Secretário Executivo, e um Fundo, que fornece assistência financeira aos programas ambientais. Os recursos do Fundo são fornecidos por governos de forma voluntária, e são utilizados na promoção de projetos apresentados por governos, órgãos das Nações Unidas, organizações não governamentais, ou formulados pelo próprio PNUMA.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus possuem potencial para o desenvolvimento de projetos na área ambiental. Esses projetos podem ser submetidos ao Fundo do PNUMA pelos órgãos gestores das UCs, colaborando para desenvolvimento e maior conhecimento dessas áreas protegidas e a biodiversidade que possuem.

Tabela 1 – Quadro de oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ORGANISMO INTERNACIONAL | LINHAS DE ATUAÇÃO | POTENCIAL DE APOIO AS UCs |
| Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) | Diversidade biológica, mudanças climáticas, águas intenacionais, degradação do solo, camada de ozônio e persistentes orgânicos poluentes. | Projetos ou programas voltados para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. |
| Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) | Proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e Atlântica, associada à qualidade de vida das populações locais. | Parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental. |
| Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) | Facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global, chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional. | Submissão de propostas para assistência financeira em programas ambientais das UCs. |

### Conferências Internacionais e Acordos Globais

1.1.5.1. Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB

A Convenção da Biodiversidade foi assinada no Rio de Janeiro em 1992, por 156 Estados e uma organização de integração econômica regional. Os objetivos da convenção estão expressos em seu artigo 1: “Os objetivos dessa Convenção, a serem observados de acordo com as disposições aqui expressas, são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão eqüitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos, através do acesso apropriado a referidos recursos, e através da transferência apropriada das tecnologias relevantes, levando-se em consideração todos os direitos sobre tais recursos e sobre as tecnologias, e através de financiamento adequado.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus devem incentivar a conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos, portanto sua agenda deve estar alinhada com a da CDB, para implementar e aprimorar práticas que visem o cumprimento desses princípios.

1.1.5.2. Agenda 21

Dentre os acordos assinados na Cúpula da Terra, em 1992, destaca-se a Agenda 21, que representa consenso mundial, um compromisso político de alto nível e se caracteriza no primeiro esforço para a transição para o desenvolvimento sustentável. É dividida em quatro seções que se subdividem em capítulos temáticos que contêm um conjunto de áreas e programas. Essas quatro seções abrangem as dimensões econômicas e sociais, tratando das relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população; a conservação e administração de recursos, que trata das maneiras de gerenciar recursos físicos para garantir o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento dos grupos sociais, tratando das formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade e dos meios de implementação, tratando dos financiamentos e papel das atividades governamentais.

A Agenda 21 é um abrangente plano de ação a ser implementado em áreas onde a atividade humana afeta o meio ambiente, levando em conta as condições e situações encontradas em cada país. Pode ser implementada pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes.

Esse plano de ação tem como principail objetivo a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs vinculadas a um órgão federal, que pode adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

1.1.5.3. Programa Homem e a Biosfera – MaB

É um programa de cooperação internacional da UNESCO, criado em 1971, sobre as interações entre o homem e seu meio. Tem como sua principal linha de atuação as Reservas da Biosfera, que auxilia na descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica e o efeito estufa. A UNESCO mantém uma rede de informações que busca o equacionamento de problemas das RBs, segundo a melhor tecnologia disponível. O Brasil aderiu ao Programa em 1974, mesmo ano em que foi criada a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – COBRAMAB. Como meta, o Brasil definiu a criação de pelo menos uma grande Reserva da Biosfera em cada um de seus biomas. Das 482 RBs existentes no mundo, o Brasil atualmente possui seis (UNESCO, 2016).

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus, possuem em dentro de seus limites a Reserva da Biofera da Mata Atlântica, sendo assim pode participar da rede mantida pela UNESCO para eliminar problemas existentes nas UCs.

1.1.5.4. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS

A UNCLOS é uma convenção de abrangência global que teve sua negociação em Montego Bay, Jamaica em 1982 e entrou em vigor em 1994. No Brasil entrou em vigor em 1995, conforme o Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. A Convenção tem como objetivos estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e, no que concerne às questões ambientais, estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais, assim como o cumprimento dos dispositivos que regulamentam a poluição do meio ambiente marinho; promover a utilização equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.

A APA de Guaraqueçaba e a ESEC de Guaraqueçaba possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS, principalmente os que margeiam a utilização e equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho presente em seu perímetro.

1.1.5.5. Princípios para a Administração Sustentável das Florestas

Os Princípios estão registrados no Anexo III do Relatório da CNUMAD que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Os países participantes da CNUMAD adotaram esta declaração de princípios visando um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

A declaração visa a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. No documento consta que as políticas e estratégias nacionais devem fornecer um quadro para aumento dos esforços, incluindo o desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de florestas e áreas florestais.

A equipe gestora da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus podem estudar os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas UCs e usá-los como subsídio para a prospecção de auxilio em projetos, programas e demais atividades.

1.1.5.6. Tratado de Aichi

As Metas de Aichi para a conservação da biodiversidade foram estabelecidas na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. As partes acordaram 20 metas para implementar de 2011 a 2020 (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

O Tratado de Aichi, ao qual o Brasil é signatário aborda 5 objetivos estratégicos:

1. Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade.
2. Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.
3. Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.
4. Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.
5. Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

Os objetivos possuem uma relação lógica. Para aumentar os benefícios gerados pela biodiversidade é necessário melhorar a sua situação, que depende da redução de pressões e do tratamento das causas da perda da biodiversidade, isso tudo depende da implementação e recursos adequados (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs ricas em biodiversidade. O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi.

Tabela 2 – Quadro de conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONFERENCIA/ACORDO | OBJETIVO | INSTRUMENTO NORMATIVO/DATA | APLICAÇÃO AS UCs |
| Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) | Conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. | Aprovação no Decreto nº 2 de 03/02/1994. Promulgação no Decreto nº 1.160 de 21/06/1994. Decreto nº 2.519 de 16/03/1998. | Cabe às UCs o incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos. |
| Agenda 21 | Construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. | Aprovada na CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | As UCs estão vinculadas a um órgão federal, que deve adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade e justiça social. |
| Programa Homem e a Biosfera (MaB) | Promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações com as populações e o meio ambiente em todo o planeta. | Decreto n° 74.685 de 14/10/1974, que cria a Comissão do Programa MaB no Brasil. | As UCs possuem sua área respresentando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. |
| Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) | Estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais. | Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. | As UCs possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS. |
| Princípios para a Administração Sustentável das Florestas | Visa um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. | CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | Estudar os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas UCs. |
| Tratado de Aichi | Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade, reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável, melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética e aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos, aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação, de 2011 a 2020. | Estabelecido na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. | O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi |

### 1.2. ENFOQUE FEDERAL

### 1.3. ENFOQUE REGIONAL

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNUC, 2016. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Disponível em : <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=17>. Acessado em : novembro de 2016.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL. Hotspots revisitados, as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta, 2005.

MMA. ICMBIO. Plano de Manejo, encarte 01: contextualização - Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim. Florianópolis, SC, 2013.

MMA, SBF. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 ; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. aum. Brasília, 2004. 56p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Disponível em : http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/. Acessado em : outubro de 2016.

RBMA. Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em: http://www.rbma.org.br/index.asp. Acesso em: outubro de 2016.

RBMA, UNESCO. Revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em base cartográfica digitalizada. Fase VI, 2008.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

UICN, WWF-Brasil e IPÊ. Metas de Aichi: Situação atual no Brasil. Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF, 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/main-characteristics/. Acesso em: outubro de 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/natural-sciences/environment/biodiversity/mab-programme-in-brazil/. Acesso em: novembro de 2016.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Disponível em: http://www.funbio.org.br/o-que-fazemos/agencia-gef/. Acessado em outubro de 2016.